

ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ATENÇÃO: TODA A LEGISLAÇÃO CITADA NOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS SERÁ UTILIZADA PARA ELABORAÇÃO DAS QUESTÕES, LEVANDO-SE EM CONTA AS ATUALIZAÇÕES VIGENTES ATÉ A DATA DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL.

I - LÍNGUA PORTUGUESA

1. Lei nº 12.324/2010 - Interpretação de textos (informativo, literário ou jornalístico).
2. Ortografia:
 - 2.1 Emprego das letras.
 3. Sinônimos e antônimos.
 4. Sentido próprio e figurado das palavras.
 5. Figuras de Linguagem.
 6. Pontuação.
 7. Classes de palavras:
 - 7.1 Substantivo,
 - 7.2 Adjetivo,
 - 7.3 Numeral,
 - 7.4 Pronome,
 - 7.5 Verbo,
 - 7.6 Advérbio,
 - 7.7 Preposição e conjunção:
 - 7.7.1 Emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem.
 8. Sintaxe:
 - 8.1 Reconhecimento dos termos da oração;
 - 8.2 Reconhecimento das orações num período.
 9. Concordância verbal e nominal.
 10. Regência verbal e nominal.
 11. Colocação de pronomes.
 12. Ocorrência de crase.
 13. Regência verbal.
 14. Regência nominal.

II - MATEMÁTICA BÁSICA

1. Números inteiros:
 - 1.1 Operações e propriedades.
2. Números racionais, representação fracionária e decimal:
 - 2.1 Operações e propriedades.
3. Números reais e suas operações.
4. Mínimo múltiplo comum.
5. Razão e proporção.
6. Probabilidade.
7. Porcentagem e juros.
8. Conjunto e suas operações, diagramas.
9. Regra de três simples.
10. Média aritmética simples.
11. Equação do Primeiro grau.
12. Sistema de equações do 1º grau.
13. Sistema métrico:
 - 13.1 Medidas de tempo;
 - 13.2 Comprimento;
 - 13.3 Superfície;
 - 13.4 Capacidade.
14. Relação entre grandezas:
 - 14.1 Tabelas e gráficos.
15. Noções de geometria:
 - 15.1 Forma;
 - 15.2 Perímetro;
 - 15.3 Área;
 - 15.4 Volume;
 - 15.5 Teorema de Pitágoras.
16. Raciocínio lógico.
17. Resolução de situações-problema.

III - NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

1. Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Resolução nº 217ª (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948;
2. Constituição da República Federativa do Brasil - 1988. Cap. I - dos direitos e deveres individuais e coletivos (Art. 5º);
3. Direitos Humanos e seus tratados internacionais protetivos e repressivos no Direito brasileiro nº 10;
4. Controle de convencionalidade e direitos humanos;
5. Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos;
6. Lei nº Federal nº 13.445/2017 - Direito das pessoas Refugiadas e Imigrantes;
7. Lei nº Federal nº 12.847/2013 - Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura;
8. Lei nº Federal nº 9.455/1997 - Define os crimes de tortura;
9. Decreto nº 4.388/2002 - Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional;
10. Lei nº Federal nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014 - Lei nº disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública em todo o território nacional.

IV - NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO - DIREITO ADMINISTRATIVO:

1. **GÊNESE E EVOLUÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO:**
 - 1.1. Conceito de Direito Administrativo;
 - 1.2. Ausência de codificação do Direito Administrativo e pluralidade de fontes;
 - 1.3. Taxinomia do Direito Administrativo: relações com outros ramos do direito;
 - 1.4. Evolução do Estado e do Direito Administrativo;
 - 1.5. A constitucionalização do Direito Administrativo e a valorização dos princípios constitucionais;
 - 1.6. Mutações e tendências do Direito Administrativo.

2. FONTES, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO:

- 2.1. Fontes do Direito Administrativo;
 - 2.1.1. Lei nº (juridicidade);
 - 2.1.2. Doutrina;
 - 2.1.3. Jurisprudência;
 - 2.1.4. Costumes;
 - 2.1.5. Precedentes administrativos e praxes administrativas;
- 2.2. Interpretação do Direito Administrativo;
- 2.3. Integração do Direito Administrativo.

3. PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO:

- 3.1. A força normativa dos princípios no pós-positivismo: distinção entre princípios e regras;
- 3.2. Princípios do Direito Administrativo em espécie.
 - 3.2.1. Princípio da legalidade (juridicidade);
 - 3.2.2. Princípio da impessoalidade;
 - 3.2.3. Princípio da moralidade;
 - 3.2.4. Princípio da publicidade;
 - 3.2.5. Princípio da eficiência;
 - 3.2.6. Princípio da razoabilidade e da proporcionalidade;
 - 3.2.7. Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado (princípio da finalidade pública);
 - 3.2.8. Princípio da continuidade;
 - 3.2.9. Princípio da autotutela;
 - 3.2.10. Princípio da consensualidade e da participação;
 - 3.2.11. Princípio da segurança jurídica, da confiança legítima e da boa-fé.

4. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CONCESSÕES E TERCEIRO SETOR:

- 4.1. Transformações do Estado e nova organização administrativa;
- 4.2. Federação e o princípio da separação de poderes: o exercício da função administrativa;
- 4.3. Desconcentração e descentralização administrativa;
- 4.4. A organização administrativa em setores: 1º setor (Estado), 2º setor (mercado) e 3º setor (sociedade civil);
- 4.5. Administração Pública e seus sentidos: subjetivo e objetivo;
- 4.6. Administração Pública e governo;
- 4.7. Administração Pública direta e indireta;
- 4.8. Entidades da administração pública indireta;

4.9. Características comuns das entidades administrativas:

- 4.9.1. Reserva legal;
- 4.9.2. Controle ou vinculação

5. ÓRGÃOS PÚBLICOS:

- 5.1. Conceito;
- 5.2. Teorias dos órgãos públicos;
- 5.3. Criação e extinção;
- 5.4. Capacidade processual ou judiciária;
- 5.5. Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021;
- 5.6. Classificações.

6. PODERES ADMINISTRATIVOS:

- 6.1. Conceito;
- 6.2. Excesso e desvio de poder;
- 6.3. Espécies de poderes administrativos (conceitos e fundamentos):
 - 6.3.1. Poder normativo ou regulamentar;
 - 6.3.2. Poder de polícia;
 - 6.3.3. Poder hierárquico;
 - 6.3.4. Poder disciplinar.

7. ATO ADMINISTRATIVO:

- 7.1. Conceito;
- 7.2. Ato administrativo e o princípio da separação dos poderes;
- 7.3. Ato administrativo e ato privado da administração;
- 7.4. Ato administrativo e delegatários de atividades estatais;
- 7.5. Ato e fato administrativo;
- 7.6. Ato e processo administrativo;
- 7.7. Ato administrativo e ato de governo (político);
- 7.8. Silêncio administrativo;
- 7.9. Elementos do ato administrativo (perfeição, validade e eficácia).
 - 7.9.1. Agente público competente;
 - 7.9.2. Finalidade;
 - 7.9.3. Forma;
 - 7.9.4. Motivo;
 - 7.9.5. Objeto.
- 7.10. Discricionariedade x Vinculação.
 - 7.10.1. Mérito Administrativo;
 - 7.10.2. Controle judicial dos atos administrativos discricionários;
- 7.11. Atributos dos atos administrativos:
 - 7.11.1. Presunção de legitimidade e de veracidade;
 - 7.11.2. Imperatividade;
 - 7.11.3. Autoexecutoriedade.
- 7.12. Classificação dos atos administrativos.
 - 7.12.1. Critério da formação do ato: atos simples, compostos e complexos.
 - 7.12.2. Critério da formação do ato: atos simples, compostos e complexos.
 - 7.12.3. Espécies de atos administrativos.
 - 7.12.3.1. Atos administrativos normativos;
 - 7.12.3.2. Atos administrativos ordinatórios;
 - 7.12.3.3. Atos negociais ou de consentimento;
 - 7.12.3.4. Atos administrativos enunciativos;
 - 7.12.3.5. Atos administrativos de controle ou de verificação;
 - 7.12.3.6. Atos administrativos punitivos ou sancionatórios.
- 7.14. Extinção dos atos administrativos.
 - 7.14.1. Extinção normal ou natural;
 - 7.14.2. Extinção por manifestação de vontade da Administração: caducidade, cassação, anulação e revogação.
 - 7.15. Convalidação ou Sanatória.

8. PROCESSO ADMINISTRATIVO:

- 8.1. Conceito e fontes normativas;
- 8.2. Processo ou procedimento;
- 8.3. Princípios do processo administrativo.
 - 8.3.1. Princípio do devido processo legal;
 - 8.3.2. Princípio do contraditório;
 - 8.3.3. Princípio da ampla defesa;
 - 8.3.4. Princípio da oficialidade;
 - 8.3.5. Princípio do formalismo moderado;
 - 8.3.6. Princípio da verdade real ou material;
 - 8.3.7. Princípio da publicidade;
 - 8.3.8. Princípio da razoabilidade e proporcionalidade;
 - 8.3.9. Princípio da duração razoável do processo;
 - 8.3.10. Princípio da motivação;
 - 8.3.11. Princípio da gratuidade;
 - 8.3.12. Princípio da segurança jurídica, da confiança legítima e da boa-fé;
 - 8.3.13. Princípio da participação;
 - 8.3.14. Outros princípios: autotutela, recorribilidade e eficiência;
- 8.4. Fases do processo administrativo;
- 8.5. Decadência administrativa;
- 8.6. Preclusão e "coisa julgada";
- 8.7. Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

9. AGENTES PÚBLICOS:

- 9.1. Conceito;
- 9.2. Espécies.
 - 9.2.1. Agentes públicos de direito (agentes políticos, servidores públicos, particulares em colaboração) e Agentes públicos de fato.

V - LEGISLAÇÃO APLICADA À PMERJ

1. Constituição Federal (art. 42, art. 144 e § 4º e § 5º art. 125);
2. Constituição Estadual (art. 91 a 93);
3. Decreto-Lei nº 667, de 02 de julho de 1969 (Lei nº de Organização das Polícias Militares) - (Capítulo II - art. 8º ao art. 12º; Capítulo VII - art. 22 ao art. 25);
4. Lei nº Estadual nº 443, de 01 de julho de 1981 (Estatuto Dos Policiais Militares);
5. Lei nº Estadual nº 9537, de 29 de dezembro de 2021 (Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Rio de Janeiro (SPS-MERJ));

6. Lei nº Estadual nº 279, de 26 de novembro de 1979 (Lei nº de Remuneração);
7. Lei nº Estadual nº 3.527, de 09 de janeiro de 2001 (Lei nº do Auxílio Invalidez).

VI - NOÇÕES DE DIREITO PENAL

1. Parte Geral:
 - 1.1 Da aplicação da Lei nº Penal;
 - 1.2 Do Crime;
 - 1.3 Da Imputabilidade Penal;
 - 1.4 Das penas:
 - 1.4.1 Penas privativas de Liberdade;
 - 1.4.2 Penas Restritivas de Direitos;
 - 1.4.3 Penas de multa;
 - 1.4.4 Da Suspensão Condicional da Pena;
 - 1.4.5 Do Livramento Condicional;
 - 1.4.6 Da Ação Penal;
2. Parte Especial:
 - 2.1 Dos Crimes Contra a Pessoa;
 - 2.2 Crimes contra o Patrimônio;
 - 2.3 Crimes contra a Dignidade Sexual;
 - 2.4 Crimes contra a Paz Pública;
 - 2.5 Crimes contra a Fé Pública;
 - 2.6 Crimes contra a Administração Pública;
 - 2.7 Noções Gerais das Legislações
3. Penais Especiais:
 - 3.1 Lei nº 13.869/19 "Abuso de Autoridade";
 - 3.2 Lei nº 8.072/90 - "Lei nº dos Crimes Hediondos";
 - 3.3 Lei nº 9.455/97 - "Lei nº de Tortura";
 - 3.4 Lei nº 10.741/03 - "Estatuto do Idoso"
 - 3.5 Lei nº 11.343/06 "Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas";
 - 3.6 Lei nº 11.340/06 - "Lei nº Maria da Penha";
 - 3.7 Lei nº 8.069/90 - "Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA";
 - 3.8 Lei nº 9.099/95; "Lei nºs dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais";
 - 3.9 Lei nº 10.826/03- Estatuto do desarmamento;
 - 3.10 Lei nº 8.078/90 - Crime contra consumidor;
 - 3.11 Lei nº 13.146/15 - "Estatuto da Inclusão da Pessoa com Deficiência".

VII - NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Disposições preliminares do Código de Processo Penal.
2. Inquérito policial.
3. A ação penal.
4. Da Prova:
 - 4.1 Disposições Gerais;
 - 4.2 Do exame de corpo de delito, da cadeia de custódia e das perícias em geral;
 - 4.3 Da busca e da apreensão.
5. Sujeitos do processo:
 - 5.1 Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado, do Defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça. Prisão, Medidas Cautelares e Liberdade Provisória.

Id: 2481117

**SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
3ª COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO****AVISO**

A 3ª COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO torna público que fará realizar a licitação a seguir:

**CONCORRÊNCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 03/2023-
/DGS/SEPM.**

OBJETO: CONCORRÊNCIA é o REGISTRO DE PREÇOS para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA, na forma da proposta-detelhe e do instrumento convocatório.

DATA: 28/06/2023, às 10h.

LOCAL: Praça Cristiano Ottoni, s/nº - Central do Brasil - 7º andar, sala 745, CEP 20.221-250.

VALOR ESTIMADO: R\$ 10.701.126,81 (dez milhões, setecentos e um mil cento e vinte e seis reais e oitenta e um centavos).

FUNDAMENTO: Processo nº SEI-350106/000013/2021.

Id: 2481093

Secretaria de Estado de Polícia Civil**SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL
ACADEMIA ESTADUAL DE POLÍCIA SYLVIO TERRA****XIII CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGOS
NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE DELEGADO DE POLÍCIA
- 3ª CLASSE**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL, PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO EM EPIGRAFE, no uso de suas atribuições, por força de decisão judicial, torna público O RESULTADO DEFINITIVO NO PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO para os candidatos que se autodeclararam negros e no procedimento de verificação para os candidatos que se autodeclararam índios, da candidatura abaixo, realizada no dia 26/03/2023: Processo nº SEI-140001/019824/2023.

INSCRIÇÃO	NOME	RESULTADO	PROCESSO JUDICIAL
10012951	* Lorena Goncalves Lima Rocha	APTO	0863100-82.2023.8.19.0001

(*)Candidato sub judice

Id: 2481131

**ACADEMIA ESTADUAL DE POLÍCIA SYLVIO TERRA
EDITAL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE INVESTIGADOR POLICIAL DE 3ª
CLASSE - 2020
RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DE CAPACIDADE FÍSICA - SEGUNDA CONVOCAÇÃO**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL, PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO EM EPIGRAFE, no uso de suas atribuições, torna público o Resultado Preliminar da Prova de Capacidade Física - 2ª convocação, dos candidatos abaixo, na forma que segue: Processo nº SEI-360050/000197/2020.

INVESTIGADOR DE POLÍCIA DE 3ª CLASSE - Geral

Inscrição	Nome	Situação TAF
158126693	Abner De Oliveira Silva	Excluído
158053015	Adilson Lucas De Souza Silva	Excluído
158030806	Adriana Monteiro Madeira	Apto
158108367	Adriana Muller	Excluído
158048741	Adriano Azeredo De Sousa	Excluído
158115596	Adriano Christino Simas	Inapto
158211643	Adriano Max Martins Jorge	Excluído
158076818	Adriel Turra Braga	Apto
158119029	Agacyanne Barros Da Silva Pinheiro	Excluído
158096014	Agda Carolina De Oliveira	Apto
158062203	Aglai Abrantes	Apto
158120638	Aguilar Da Silveira Garcia Junior	Apto
158034129	Aida Cordeiro Dias	Inapto
158202484	Airton Afonso De Oliveira Júnior	Apto
158096305	Alan Abreu De Araujo	Apto
158024291	Alan Bruno Azevedo Seabra	Apto
158074768	Alan Saldanha Fonseca	Inapto
158133302	Alana Germano De Abreu Oliveira	Inapto
158189096	Alanderson Granja Pimentel	Apto
158027907	Alcides Nunes Da Fonseca Junior	Apto
158094236	Aldeir Dos Santos Junior	Apto
158030947	Alessandra Machado Da Silva	Apto